

**ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA INCLUSÃO DE ALUNOS
COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA: UMA PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA**

**PEDAGOGICAL STRATEGIES FOR THE INCLUSION OF
STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: A
BIBLIOGRAPHIC RESEARCH**

Carina Cristiane Pinheiro¹
Camila Quevedo Oppelt²

RESUMO: A educação é uma troca enriquecedora de saberes entre alunos e professores, enfatizando a importância da relação para o desenvolvimento do aluno. A inclusão escolar, mais do que adaptação, é um processo de reformulação do currículo para que todos os alunos, incluindo os autistas, se sintam parte da comunidade escolar. A Constituição Brasileira apoia essa inclusão, destacando que todos, independentemente de diferenças, têm direito à educação regular. Esta pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão abrangente da literatura, incluindo fontes acadêmicas, livros, artigos científicos e documentos legais relevantes. Verificou-se, ainda que timidamente, que todas as crianças e adolescentes no processo de ensino-aprendizagem tem o direito à inclusão, bem como ações de fiscalização de leis e normas da educação. Foi observado através desse trabalho de pesquisa que, assim como precisamos incentivar ações locais urgentes em políticas, sistemas e estruturas, aqueles comprometidos com o ideal de inclusão também precisam trabalhar de maneira mais ampla, em todas as jurisdições, para promover mudanças culturais entre educadores, pais e colegas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Educação especial; Inclusão.

ABSTRACT: Education is an enriching exchange of knowledge between students and teachers, emphasizing the importance of the relationship for the student's development. School inclusion, more than adaptation, is a process of reformulating the curriculum so that

¹ Graduação em Pedagogia, EMEF Nancy Pansera, Área Verde, 13 - Setor 6, Canoas/RS, Professora, carina.nh@gmail.com, (51) 3468-1480.

² Doutora em Linguística Aplicada, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), CLC, Professora, R. Gomes Carneiro, 01, Pelotas/RS, camila.quevedo-oppelt@fulbrightmail.org, (53) 3284-4006.

all students, including autistic ones, feel part of the school community. The Brazilian Constitution supports this inclusion, highlighting that everyone, regardless of differences, has the right to regular education. This research was conducted through a comprehensive review of the literature, including academic sources, books, scientific articles, and relevant legal documents. It was verified, albeit timidly, that all children and adolescents in the teaching-learning process have the right to inclusion, as well as actions to monitor laws and education standards. It was observed through this research work that, just as we need to encourage urgent local action in policies, systems, and structures, those committed to the ideal of inclusion also need to work more broadly, across jurisdictions, to promote cultural change among educators, parents, and colleagues.

KEYWORDS: Education; Special Education; Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A educação caracteriza-se pela troca de saberes e experiências, envolvendo a participação ativa de alunos e professores em diversos processos, notadamente diálogos e interações (VYGOTSKY, 1987). Dito de outra forma, a educação é vista como um processo em que a relação professor-aluno desempenha um papel fundamental na promoção do sucesso e desenvolvimento do aluno, ao mesmo tempo em que reconhece o potencial do aluno para contribuir com o conhecimento. Assim ressaltamos a importância da educação inclusiva, especialmente porque os alunos com perspectivas únicas sobre o mundo requerem atenção especial.

Enquanto a integração se refere à adaptação da criança a um ambiente existente, a inclusão é um processo de desenvolvimento de novas abordagens no currículo, para que a criança faça parte de uma comunidade escolar e satisfaça sua necessidade de pertencimento. O contato com outras crianças com desenvolvimento típico é considerado crucial para crianças autistas, a fim de desenvolver habilidades sociais e de comunicação. Mas apenas a colocação física de crianças com deficiência em ambientes educacionais inclusivos não é suficiente para uma socialização bem-sucedida (MOREIRA, 2006). Assim, existem alguns aspectos importantes que devem ser considerados ao incluir uma criança autista em uma comunidade escolar.

A justificativa desse trabalho está pautada na ideia de que a inclusão escolar faz parte da Constituição Brasileira (BRASIL, 2009) e deve garantir que crianças e adolescentes com necessidades especiais sejam incluídos no processo escolar regular. Inclusão escolar

significa receber todos os alunos no ensino regular, independentemente da cor da pele, classe social e condições físicas ou psicológicas. A inclusão escolar deve ser entendida, por nós educadores, como um movimento de ruptura com velhos paradigmas e reformulação do sistema escolar, ou seja, um processo de mudança de olhar para o aluno com necessidades especiais dentro da escola. (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Com isso, é importante estarmos atentos a todos os objetivos e finalidades do processo de inclusão, principalmente seus benefícios e vantagens, antes mesmo de o aluno ser incluído na escola regular, pois estamos pensando no futuro de uma pessoa que precisa de um apoio especial na educação. Nesse contexto, e visando a relevância do assunto, criou-se a seguinte questão problema de pesquisa: Como as estratégias pedagógicas podem facilitar a inclusão de alunos com Transtornos do Espectro Autista?

O objetivo geral deste trabalho, portanto, é realizar uma pesquisa da bibliografia existente sobre a inclusão de crianças autistas no ambiente escolar, já os específicos são: apontar os direitos à inclusão; entender a educação especial e inclusiva; e, por fim, estudar a inclusão da criança autista em sala de aula.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Aarons e Gittens (2001), os principais estudos universais sobre o autismo têm contribuído significativamente para o entendimento e a conscientização desse transtorno ao redor do mundo. Um dos estudos mais relevantes foi conduzido por Leo Kanner em 1943, que descreveu as dificuldades significativas na interação social e comunicação em algumas crianças acompanhadas por ele em seu estudo. Com o avanço da observação clínica e a ampliação do conceito de autismo, percebeu-se que o transtorno é um espectro abrangente, com uma ampla variedade de perfis de gravidade (KANNER, 1943). Isso levou ao desenvolvimento de inúmeros estudos voltados para a detecção e diagnóstico mais precoce, bem como para a formulação de novas terapias baseadas em evidências (AMERICAN, PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2003; COSTA; CAPELLINI, 2015).

Esses déficits dos autistas não devem ser melhor explicados por deficiência intelectual ou atraso global do desenvolvimento, mas devem estar abaixo do esperado para o nível de desenvolvimento. Esses déficits podem manifestar-se na socialização, na comunicação verbal e não verbal, bem como em interesses restritos e movimentos repetitivos.

Devido à diversidade de características encontradas nas pessoas com TEA, utiliza-se o termo "espectro" para descrever os diferentes níveis de comprometimento. Alguns indivíduos podem apresentar condições associadas, como deficiência intelectual e epilepsia, enquanto outros são mais independentes (MARANHÃO, 2020).

O tratamento para o autismo é personalizado e interdisciplinar, levando em consideração as necessidades específicas de cada pessoa (MARANHÃO, 2020). Iniciar o tratamento o mais cedo possível é, segundo o mesmo autor, de suma importância, pois pode contribuir significativamente para o desenvolvimento e a adaptação da criança ou indivíduo com TEA .

Observando o que destaca Sampaio et al. (2015) e Maranhão (2020), um dos principais aspectos afetados pelo autismo é a aquisição das habilidades comunicativas. Além disso, a falta de atenção compartilhada pode dificultar o aprendizado e o desenvolvimento da linguagem verbal. Quando a linguagem está presente, pode haver déficits na fala, como ecolalia (a repetição de palavras ou frases). Também podem ocorrer conversas com falhas, palavras fora de contexto ou sem intenção de comunicação.

De acordo com Cunha et al. (2021), é possível perceber que pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrentam desafios no que diz respeito à comunicação e interação social. Essas dificuldades podem variar desde a falta de interesse em interagir com outras pessoas; a dificuldades em compreender e se expressar verbalmente e atentamente; e também não verbalmente. É importante destacar que o TEA é uma condição ampla, e as dificuldades de comunicação e interação podem variar em intensidade de um indivíduo para outro.

Consoli et al. (2015) também enfatizam que a comunicação pode ser limitada ou ausente em muitas pessoas com TEA. Alguns indivíduos, segundo os autores, não desenvolvem a linguagem verbal, enquanto outros podem apresentar ecolalia, dificuldades em manter diálogos ou em utilizar a linguagem de forma adequada. Esses autores vão além, indicando que essas limitações podem acarretar em dificuldades de expressar necessidades, sentimentos e desejos, o que pode gerar ansiedade.

Crianças com TEA também enfrentam desafios no processamento de estímulos sociais e na integração de sinais importantes para a comunicação, como expressões geométricas (PEGORARO, 2017). Essas dificuldades impactam diretamente a teoria da mente, prejudicando a capacidade de compreender os estados planejados de si mesmos e dos

outros, bem como de interpretar opiniões, desejos e intenções das pessoas ao seu redor. Essa falta de teoria da mente resulta em desafios para a comunicação e interação social com os demais.

Outra característica comum em indivíduos com TEA é a dificuldade em compreender e seguir regras sociais implícitas. Eles podem ter dificuldades em manter contato visual, compartilhar interesses, entre outras habilidades sociais (MARANHÃO, 2020). Isso pode levar a comportamentos isolados, em que eles deem preferência a atividades solitárias, dificultando a participação em brincadeiras ou jogos compartilhados com seus colegas.

Além destes estudos, voltados à compreensão do funcionamento interno dos indivíduos com TEA, cremos importante analisar as bases legais para sua inclusão na sala de aula da escola regular. O direito educacional de crianças e adolescentes ao processo de ensino-aprendizagem escolar podem ser garantidos, por exemplo, através de ações de mobilização política e escolar, ou seja, por meio de instrumentos de caráter fiscalizatório que possam ajudar a inibir o não cumprimento das leis e normas educacionais (BRASIL, 2004).

Outra maneira de garantir a inclusão por ser através de ações de iniciativa da escola, a qual pode intervir dentro de seus limites na formalização de programas de incentivo e apoio ao processo de inclusão escolar através das relações de parceria entre escola e família. Tudo isso, somado às mudanças de paradigmas na Educação e do Mundo, fazem o trabalho pedagógico se tornar diariamente mais custoso e desafiador, principalmente em relação ao que e como ensinar ou partilhar conhecimento (FERNANDES, 2020).

De acordo com Schmidt (2016, p. 231):

Um cenário preocupante é formado ao tomar como eixos de análise as concepções e práticas docentes no processo de inclusão educacional de alunos com TEA. As lacunas na formação de professores, particularmente, em relação ao conhecimento necessário para a escolarização do aluno com autismo são predominantes nas falas dos profissionais retratados nessa investigação. Em consonância com pesquisas publicadas anteriormente, esse fenômeno parece contribuir para a estigmatização desses educandos, além de precarizar o emprego de práticas pedagógicas adequadas por alguns professores.

Analisando todo o contexto, esse desenvolvimento e alcance dos objetivos com as crianças atípicas, torna-se ainda mais almejado em todo o processo e há de se ater e muito,

naquilo que se faz importante naquele momento, sem exigir demais e nem de menos, por isso a sensibilidade do professor, alinhado a avaliações diagnósticas fidedignas se tornam absolutamente necessários e essenciais (LIMA, 2016).

Atualmente existem diversos debates e projetos relacionados à educação inclusiva, em especial dos alunos que são atendidos nas escolas regulares. Primeiramente é necessário lembrar a importância das mudanças que a inclusão de pessoas com deficiências ou necessidades especiais sofreu ao longo dos períodos históricos, alterando-se pelas contribuições de grandes nomes que voltaram seu foco para o estudo de uma metodologia para suprir as deficiências educacionais e suas necessidades (PEREIRA, 2020).

Através dos pilares da educação, se observa a oportunidade de aprender e colocar em prática competências que irão favorecer os professores na construção do conhecimento, adquirindo habilidades e competências necessárias para compartilhar com os alunos, no que se refere ao processo de inserção de pessoas com necessidades especiais e inclusivas nas escolas regulares. Essas oportunidades representam um avanço dentro do sistema educacional, na promoção e integração entre os alunos com diferentes necessidades (BAPTISTA, 2014).

A lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, cita em Parágrafo único que:

Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016).

Desta forma, acreditamos que alcançaremos os objetivos da citação acima, se modificarmos as práticas educacionais inclusivas, analisando os desafios e percursos da inclusão no cenário educacional (entre eles as dificuldades encontradas pelos docentes que acabam se deparando durante as aulas com muitos obstáculos, que afetam a qualidade de ensino na educação), pois, ainda não existe a eficácia de metodologias, ainda faltam recursos materiais e principalmente ainda temos números elevados de alunos em sala de aula (OSTI, 2014).

A educação inclusiva e especial com afetividade é condição necessária para que os alunos aprendam a conviver em grupos, com eixo central, que norteará as práticas educativas. Através da convivência com outros, os alunos poderão aprender a conviver em harmonia para além dos muros escolares, sendo essencial ao desenvolvimento, principalmente em um mundo moderno (PESSOA, 2000).

Neste sentido, a Base Nacional Comum Curricular reafirma:

A Educação precisa promover experiências nas quais os alunos possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que os alunos ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano. (BRASIL, 2017, p.41).

De acordo com Lima (2016), o autismo é uma síndrome que possui como características a ausência de relações sociais, falta de habilidades comunicativas, comportamentos compulsivos persistentes e resistência à mudança. Uma das principais características do autismo é, segundo a mesma autora, a existência de um desenvolvimento anômalo e deficitário à interação e comunicação social, afetando habilidades verbais e não verbais, porém, atualmente podemos definir como alterações significativas de interação social e comportamental.

Com o lançamento da quinta edição do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM), promovido pela American Psychiatric Association em 2013 (referência mundial em classificação de transtornos mentais), estabeleceram-se os Transtornos Globais do Desenvolvimento. Dentre eles, está inserido o autismo, sinalizando uma evolução da medicina em relação ao diagnóstico de tais transtornos e, portanto, indicando que o TEA forma uma única condição apresentando-se através de dois grupos sintomáticos de déficit na comunicação e na interação social, padrão de comportamento, interesses e atividades restritos e repetitivos.

Para Carreiro (2015), falar de criança autista no contexto educacional ainda é muito complicado devido à falta de conhecimento da sociedade, sendo necessário que o professor busque alternativas encontradas através de um bom planejamento além da construção de um projeto político pedagógico. Ainda conforme Carreiro (2015), o principal meio de conduzir

e nortear a escola para melhor receber essas crianças é adequando seus profissionais a esse cenário (cada vez mais comum).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada neste estudo visou explorar e analisar textos científicos sobre a inclusão de crianças autistas no ambiente escolar, considerando os aspectos dos direitos à inclusão, a educação especial e inclusiva, bem como a inserção da criança autista em sala de aula. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão abrangente da literatura, incluindo fontes acadêmicas, livros, artigos científicos e documentos legais relevantes. O processo metodológico seguiu as etapas seguintes: foram utilizadas bases de dados acadêmicos reconhecidos, como PubMed, Google Scholar e Scopus. A seleção de textos para compor a base de dados deste estudo foi norteadada pelo percurso acadêmico e profissional da autora principal deste artigo.

Foram realizadas buscas utilizando as seguintes palavras-chave: "inclusão escolar", "crianças autistas", "educação especial", "educação inclusiva", "direitos à inclusão", "inclusão em sala de aula"; estas palavras-chave foram selecionadas a fim de identificar estudos relevantes sobre o tema. Os artigos e documentos aqui selecionados foram avaliados quanto à contribuição para os objetivos da pesquisa. Foram priorizados estudos recentes e de qualidade, que avançassem diretamente na inclusão de crianças autistas no ambiente escolar.

Os artigos e documentos selecionados foram analisados quanto aos seus principais resultados, recomendações à inclusão de crianças autistas. Então, foi realizada uma síntese das informações relevantes encontradas para responder à questão problema e alcançar os objetivos propostos (vide Introdução). Com base na análise da literatura, foram preparadas seções dedicadas a cada um dos objetivos específicos do estudo: direitos à inclusão, educação especial e inclusiva, e inclusão da criança autista em sala de aula. Os resultados foram discutidos à luz da literatura revisada, relacionando as descobertas com as tendências atuais na área da educação inclusiva.

O estudo teve como pertencimento oferecer uma análise aprofundada da inclusão de crianças autistas no ambiente escolar, explorando seus direitos, desafios e benefícios, para um maior entendimento sobre a importância e eficácia da educação inclusiva.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A inclusão como direito a todos

De acordo com a nossa pesquisa, podemos concluir, ainda que timidamente, a inclusão como um direito fundamental de todas as crianças e adolescentes no processo de ensino-aprendizagem escolar que é enfatizada nesse artigo. Essa perspectiva é respaldada por ações de garantia política e escolar, abrangendo instrumentos de fiscalização das leis e normas educacionais, bem como iniciativas internas das escolas. Essas ações são essenciais para garantir que todas as crianças, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade (FERNANDES, 2020).

O direito inclusivo do autista na educação é um marco significativo em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Nossa análise revela uma evolução gradual das práticas educacionais, de uma época em que crianças com deficiências eram frequentemente abandonadas ou segregadas, para um reconhecimento crescente da necessidade de inclusão e respeito às suas potencialidades individuais. Esse movimento reflete uma mudança paradigmática em relação à compreensão das diferenças e à valorização das capacidades de cada indivíduo, incluindo aqueles no espectro autista (COSTA, 2015).

Nesse contexto, as mudanças de paradigmas na Educação e na sociedade têm contribuído para tornar o trabalho pedagógico mais complexo e desafiador, especialmente no que diz respeito à abordagem de como ensinar. A sensibilidade do professor é ressaltada como crucial, juntamente com estimativas diagnósticas precisas, a fim de estabelecer objetivos adequados e alcançáveis para crianças atípicas (LIMA, 2016).

A inclusão educacional não se trata apenas de colocar os alunos autistas em salas de aula comuns, mas sim de criar ambientes pedagógicos que se adaptem às suas necessidades, habilidades e maneiras únicas de aprendizado. O reconhecimento de que a sociedade deve se adequar para acolher e potencializar o desenvolvimento desses indivíduos é essencial. A abordagem inclusiva reconhece, desta forma, que a educação é um direito fundamental de todos e não deve ser negado a ninguém (em especial com base em suas diferenças). A inclusão não apenas beneficia os alunos autistas ao proporcionar oportunidades educacionais

adequadas, mas também enriquece o ambiente escolar ao promover a diversidade e a compreensão entre os alunos (COSTA, 2015).

4.2 Uma educação inclusiva começa pelo professor

No âmbito da educação inclusiva, é destacada a existência de lacunas na formação de professores para lidar com a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A falta de conhecimento e habilidades específicas pode afetar a qualidade da escolarização desses alunos, levando-os potencialmente à estigmatização. A importância de uma abordagem sensível e estimativas diagnósticas precisas é sublinhada para atender às necessidades únicas de crianças com deficiências (SCHMIDT, 2016).

A relação entre a formação dos professores e a colaboração entre profissionais na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem promovido uma educação mais inclusiva e mais eficaz. A ênfase na necessidade de formação inicial, continuada e em serviço para os educadores é fundamental para que estes adquiram conhecimentos teóricos sólidos sobre o TEA e suas características peculiares.

Esse domínio teórico possibilita que os professores desenvolvam práticas pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos com TEA, superando inseguranças e deficiências que podem surgir na sala de aula. Além disso, a proposta de um trabalho colaborativo entre os professores e outros profissionais da escola fortalece a construção de uma abordagem multidisciplinar na educação inclusiva. A colaboração permite o compartilhamento de conhecimentos, estratégias e experiências, ocorridos em um ambiente mais enriquecedor para o aprendizado e desenvolvimento dos alunos com TEA (VASCONCELOS, 2021).

Enquanto a Base Nacional Comum Curricular é mencionada como um guia para promover experiências educacionais enriquecedoras, há reconhecimento das restrições no desenvolvimento de atividades inclusivas. Isso aponta para a necessidade de uma abordagem mais adaptada e sensível para atender às demandas diferenciadas dos alunos em sala de aula (OSTI, 2014).

Para os autores aqui analisados, a parceria entre pais, responsáveis e professores também é destacada como um pilar fundamental para uma educação inclusiva bem-sucedida. Com isso, a troca de informações entre as famílias e os pais permite que se compreendam as

características individuais dos alunos com TEA de maneira mais abrangente e confiante para a adaptação de recursos e procedimentos que atendem às suas necessidades específicas.

4.3 Inclusão no ambiente escolar: práticas pedagógicas

O desafio da inclusão educacional é exemplificado pelo contexto do autismo: as características do TEA, como a ausência de relações sociais, dificuldades de comunicação e comportamentos repetitivos, são exploradas por pesquisadores. Podemos ressaltar os avanços no entendimento e diagnóstico do autismo, com definições dessas dificuldades e com critérios claros para classificação do TEA. (FERNANDES, 2020).

Nesse cenário, destaca-se o papel central do professor na inclusão de crianças autistas, enfatizando a necessidade de alternativas bem iniciadas e de um ambiente educacional adaptado. Carreiro et. al (2015) identifica a evolução dos métodos de ensino e capacitação de profissionais como estratégias fundamentais para criar um ambiente escolar inclusivo e acolhedor. A análise abordada por Fernandes (2020) e Carreiro et al. (2015) evidencia a importância da inclusão como um direito universal, a complexidade da educação inclusiva e a necessidade de uma abordagem sensível para a inclusão de crianças autistas no ambiente escolar.

Práticas pedagógicas multidisciplinares também desempenham um papel crucial na inclusão de alunos autistas, buscando atender às suas necessidades individuais e promover seu desenvolvimento integral. Uma das abordagens é o método TEACCH, (Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children), enraizado na teoria comportamental. Este programa educacional e clínico adota uma prática psicopedagógica que observa comportamentos em diversas situações, guiando os indivíduos por meio de símbolos e estímulos visuais. Ao conduzir suas ações e atividades, como proposto no método, os alunos autistas podem gradualmente alcançar maior independência. A utilização de imagens como códigos de comunicação, juntamente com a organização do ambiente e a estruturação da rotina, são características fundamentais do método TEACCH, oferecendo um ambiente propício para a inclusão (COSTA; CAPELLINI, 2015).

Elaborada a partir da teoria de Comunicação Suplementar ou Alternativa (CSA) , o TEACCH desempenha um papel importante no apoio à comunicação de alunos autistas. Isso envolve a utilização de gestos, expressões faciais, pranchas de alfabeto ou símbolos

pictográficos, bem como sistemas tecnológicos avançados, como computadores com voz sintetizada. Através desses métodos, os alunos podem expressar suas necessidades, sentimentos e pensamentos, facilitando a comunicação e a interação com os outros. Essa abordagem busca desenvolver a autonomia dos alunos por meio de recursos tecnológicos, permitindo que eles se expressem e se envolvam de maneira mais independente em atividades escolares e sociais (ORRU, 2011).

Na Educação Infantil, em particular, as práticas pedagógicas multidisciplinares desempenham um papel crucial no desenvolvimento da capacidade de comunicação e interação de alunos autistas. Proporcionar um ambiente escolar inclusivo, onde os alunos possam interagir com colegas e educadores, é essencial para promover a compreensão do mundo ao seu redor, desenvolver a autonomia e estabelecer conexões sociais significativas.

É necessário um compromisso coletivo da sociedade, educadores, pais e governantes para desenvolver políticas e práticas pedagógicas que ofereçam apoio adequado, estratégias adaptativas e ambientes acolhedores para os alunos autistas. Isso envolve capacitação de professores, conscientização da comunidade escolar e a implementação de métodos educacionais que atendam às necessidades individuais de cada aluno. A educação inclusiva do autista é, portanto, uma expressão tangível do respeito aos direitos humanos e uma etapa crucial na jornada em direção a uma sociedade verdadeiramente inclusiva e diversificada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quantos aos objetivos desta pesquisa, pudemos constatar que, na bibliografia aqui analisada, a inclusão é um direito de todos usufruírem de uma educação mais igualitária, na qual não pode haver a exclusão de pessoas que apresentem deficiências consideradas fora dos padrões normais, podendo causar a restrição da sua formação humana e intelectual.

Há dúvida de que as escolas regulares podem ser lugares desafiadores para crianças e jovens autistas. Eles geralmente são fisicamente grandes, barulhentos e caóticos; as transições entre as aulas ocorrem com frequência ao longo do dia escolar e o meio social se torna cada vez mais complexo à medida que as crianças progridem.

A prática da educação inclusiva nas escolas com crianças autistas é uma realidade que ainda precisa ser trabalhada, pois ainda falta aceitação de grande parte das pessoas e da

sociedade, em geral, a qual discrimina muitas das vezes a presença de crianças e adolescentes com necessidades especiais junto aos demais indivíduos considerados “normais” e sem deficiência (GAUDERER, 2011).

Podemos incluir crianças autistas de forma mais eficaz se reconhecermos suas características intrínsecas, especialmente suas diferenças sensoriais, como problemas em mudar de um lugar para o outro. Essas mudanças podem variar, por exemplo, desde o fornecimento de fones de ouvido a um aluno sensível à ruídos até o treinamento de professores sobre como garantir que os alunos com autismo participem mais ativamente das atividades em sala de aula.

Logo, foi observado através dessa pesquisa que, assim como precisamos difundir a urgência de ações locais em políticas, sistemas e estruturas; aqueles comprometidos com o ideal de inclusão também precisam trabalhar de maneira mais ampla, em todas as jurisdições, para promover mudanças culturais entre educadores, pais e colegas.

A inclusão como direito fundamental, a importância de uma educação inclusiva e os desafios da inclusão no ambiente escolar são apresentados e discutidos neste texto. Buscamos divulgar—para além das paredes da academia—a necessidade de ações concretas para garantir que todas as crianças e adolescentes tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade, independentemente de suas características individuais. Uma abordagem sensível do professor, estimativas diagnósticas precisas e adaptação das práticas pedagógicas são elementos fundamentais para atender às necessidades únicas dos alunos e promover uma educação administrativa inclusiva.

Consideramos esta pesquisa satisfatória, ainda que possa ser aprimorada com maior tempo, visto que o período de uma especialização lato sensu é relativamente curto. Assim, pretendemos dar seguimento à análise de mais textos futuramente, enriquecendo-a.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, M. de S. B. F.; VARGAS, T. B. T. Um Olhar Cuidadoso: Transtorno Do Espectro Autista No Âmbito Da Inclusão Escolar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 11, p. 1470-1490, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v8i11.7745>
- AMERICAN, PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-IV-TR, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

- BAPTISTA, C. R. **Autismo e educação: reflexões propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente 8069/90**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 16 set. 2024.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 set. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e bases da Educação 9.394/96**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 set. 2024.
- CARREIRO, L. R. R., et al. Habilidades cognitivas ao longo do desenvolvimento: contribuições para o estudo da atenção concentrada. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 17, n. 2, p. 153-170, 2015. DOI: <https://doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v17n2p153-170>
- CUNHA, M. I. **O professor universitário na transição de paradigmas**. Araraquara: JM, 1998.
- COSTA, E. M. CAPELLINI, V. L. M. F. **Práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil: atividades lúdicas envolvendo crianças com transtorno do espectro autista TEA**. Dissertação de Mestrado da Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2015.
- DELORS, JACQUES (org.). **Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. UNESCO: Publicação MEC, 1998. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por. Acesso em: 16 set. 2024.
- FERREIRA, M. E.C. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2013.
- FERNANDES, P. V. M. **Autismo e direito: dos direitos e garantias das pessoas com transtorno do espectro autista no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Ebook, 2020.
- GAUDERER, C.; PRAÇA, E. T. P. O. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**, 2011.
- GLOZMAN, J. A **prática neurobiológica fundamentada em Luria e Vygotsky: avaliação, habilitação e reabilitação na infância**. Tradução: Carla Anaurete. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2014.
- GONÇALVES, N. C. **O olhar da psicologia da saúde sobre o impacto do transtorno autista no núcleo familiar**. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2010.
- KANNER, Leo. Autistic disturbances of affective contact. **Acta paedopsychiatrica**, v. 35, n. 4, p. 100-136, 1968. Disponível em: <http://www.thhoffmann.eu/archiv/kanner/kanner.1943.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.
- LIMA, S. M.; LAPLANE, A. L. F. Escolarização de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 2, p. 269-284, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000200009>
- MARANHÃO, A. L. **Análise do Comportamento para Pessoas com Autismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Enelivros, 2000.
- MASCARENHAS, S.A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pretice Hall Brasil, 2013.
- NUNES, D.R.P. **Autismo: a educação infantil como cenário de intervenção**. São Paulo, Rede de Revistas Científicas da América Latina, 2014.

- OSTI, A. **As dificuldades de aprendizagem na concepção do professor**. Campinas: Universidade estadual de Campinas, Faculdade de Educação Campinas, 2014.
- ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo: o que os pais devem saber?** 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- PEGORARO, R. F; CASSIMIRO, T. J. L.; LEÃO, N. C. Matriciamento em saúde mental segundo profissionais da estratégia da saúde da família. **Psicologia em Estudo**, v. 19, p. 621-631, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-73722348905>
- PESSOA, V. S. A afetividade sob a ótica psicanalítica e piagetiana. **Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**, v. 8, n. 1, 2000. DOI: <https://doi.org/10.5212/publ.humanas.v8i1.12>
- SANTOS, A.M.T. **Autismo um desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo: CRDA, 2015.
- SCHMIDT, C et al. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Revista Psicologia: teoria e prática**, v. 18, n. 1, p. 222-235, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v18n1p222-235>
- STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SOUZA, P. H. **O livro negro do autismo**. São Paulo: Ebook, 2019.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativa Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.
- VASCONCELOS, Joelson Menezes de. Inclusão escolar da criança e do adolescente com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática de literatura de 2015 a 2021. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 33, 6 de setembro de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/33/inclusao-escolar-da-crianca-e-do-adolescente-com-tea-uma-revisao-sistemica-de-literatura-de-2015-a-2021>. Acesso em: 16 set. 2024.
- VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução: Maria da Pena Villa-Lobos. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.